

Garimpos se alastram por todo o Brasil

LUCIA TORIBIO

BRASÍLIA — Ao concluir, no início da semana, o "mapa do sarampo", localizando os pontos de garimpo de ouro, pedras preciosas e cassiterita, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) identificou 1.800 áreas de exploração mineral em todo o País. Dez anos depois da descoberta da mina de Serra Pelada, em Marabá, Pará, o garimpo, que era praticado tradicionalmente por alguns núcleos populacionais em áreas restritas, alastrou-se de forma incontrolada e, hoje, o País já tem 400 mil garimpeiros, responsáveis pela produção de 100 toneladas anuais de ouro. No total, um milhão de pessoas tem sua sobrevivência ligada à extração de ouro e outras riquezas minerais.

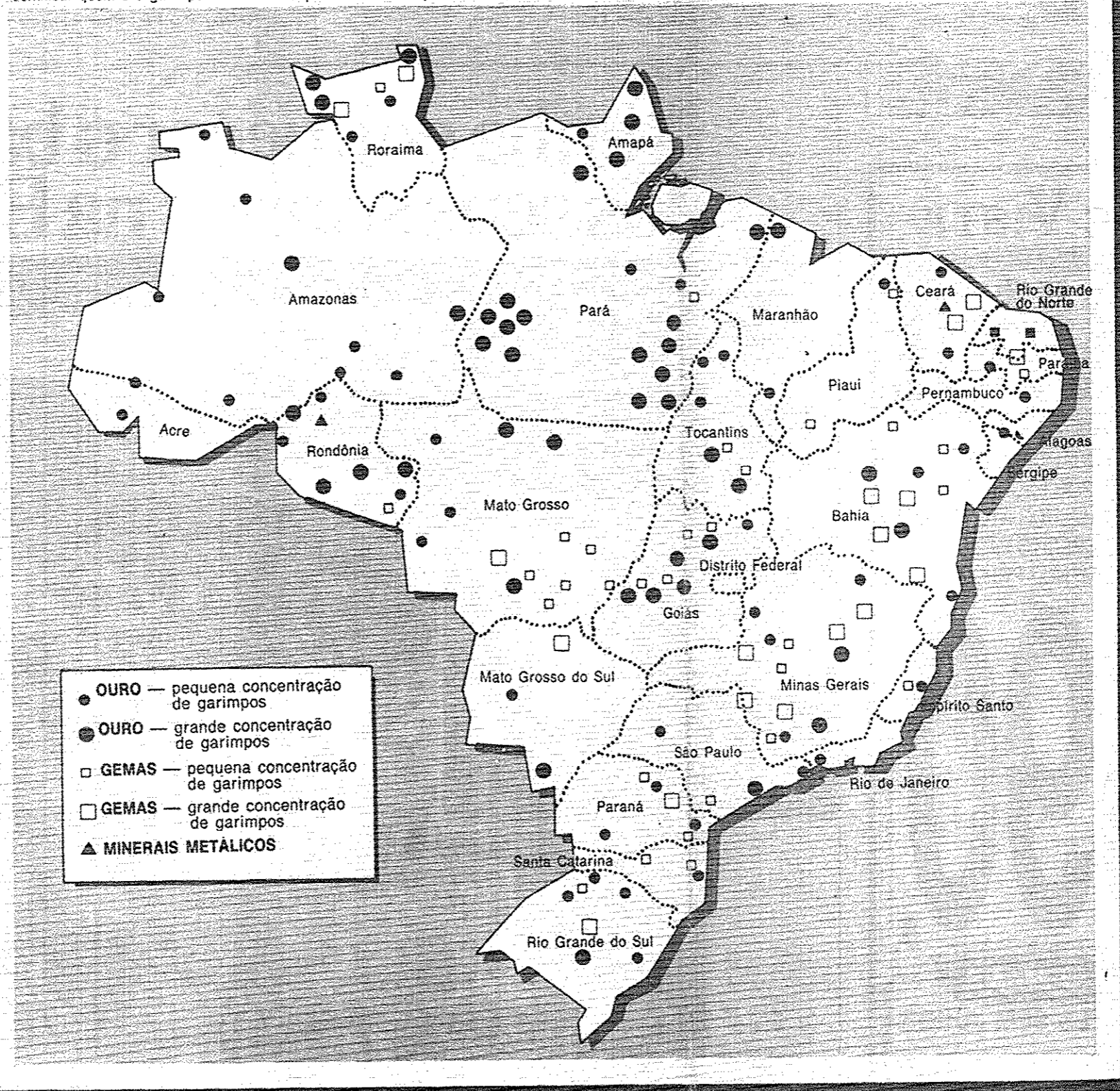
Em torno desses garimpeiros gravita um exército de volume semelhante, trabalhando nas atividades de apoio. Num universo mais amplo, o garimpo sustenta outros setores, como a indústria de equipamentos agrícolas, que fornece as dragas para a extração do ouro.

As áreas identificadas, de Norte a Sul do País, pontilham todos os Estados da Federação, à exceção do Acre e Alagoas, em cujos solos não existe nenhuma riqueza mineral. O "mapa do sarampo", apelido que ganhou dos próprios técnicos do DNPM, é o primeiro resultado do Projeto Ouro-Gemas, que pela primeira vez vai traçar um perfil da atividade garimpeira no País após Serra Pelada. Conflitos, violência e degradação humana e ambiental são as principais características da atividade garimpeira na última década. Quando concluído, o projeto vai identificar quem é o garimpeiro brasileiro. O levantamento, segundo o Presidente do órgão, Elmer Prata Salomão, vai fornecer informações para o Governo traçar uma estratégia de atuação na área.

Apesar de todos os garimpos funcionarem de forma ilegal, o "mapa do sarampo", sobreposto aos mapas da Funai e do Ibama, revela que áreas indígenas e unidades de conservação foram invadidas por garimpeiros. Nelas é que foram registrados os principais conflitos envolvendo garimpeiros, como nos territórios dos Yanomamis, em Roraima.

O mapa do DNPM identifica as áreas de garimpo no País

O Brasil possui 1.800 áreas de garimpo de ouro, pedras preciosas e cassiterita, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). As áreas identificadas, de Norte a Sul do País, excluem os Estados do Acre e de Alagoas, em cujos solos não existe riqueza mineral. O projeto também vai identificar quem é o garimpeiro brasileiro, quais os setores que se beneficiam com a atividade e fornecer informações para uma estratégia de atuação.



Líder admite danos e culpa o Governo

Telefoto de Ricardo Stückert



Ivo de Castro: "Destruímos tudo".

BRASÍLIA — "Por onde a gente passa, fica um rastro de destruição. Fica o mercúrio nos rios e o solo degradado. Prostituímos os lugares aonde chegamos, a cultura, os costumes. Destruímos tudo". A constatação é do Presidente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal, Ivo Lubrinna de Castro, o Ivo Preto, que responsabiliza o Governo pela situação de calamidade nas áreas de garimpos e pelas condições subumanas em que vivem cerca de 350 mil garimpeiros que exploram ouro da Região Amazônica.

— Somos filhos deserdados. O Governo patrocinou a corrida para Serra Pelada, utilizou a mão-de-obra barata para tirar o País do buraco, desviou esse pessoal que estava sem emprego e criando problemas nas cidades e na roça e largou lá no meio do mato, sem direito a nada. Sem saúde, sem educação, como se não fosse gente. O que é que eles queriam? — indaga Ivo Preto.

Hoje, pressionada pela opinião pública e alvo das acusações dos ambientalistas, a comunidade garimpeira quer transferir a responsabilidade das consequências desastrosas da exploração desorganizada de ouro aos órgãos governamentais.

— Nós fomos usados para garantir o abastecimento do petróleo com o ouro da Serra Pelada, em 1980. Somos usados para ga-

rantir as fronteiras, ocupar essa terra de ninguém. Tudo a custo zero para a Nação — acentua.

Incapaz de se antecipar aos garimpeiros, o Estado deveria, segundo Ivo Preto, organizar a ocupação, dando apoio técnico e assistência às populações garimpeiras — educação e saúde, especialmente — e alternativas para o assentamento das famílias, que ficariam na região após a exaustão do minério.

— O garimpeiro chega num lugar, passa um tempo, cansa, parte para outro ponto, como um errante. Não tem nada que o prenda num lugar; não tem casa, não tem família — conclui Ivo.

Problemas começaram há uma década

Ouro levou um milhão de pessoas a Serra Pelada



O perfil de Serra Pelada se modificou com a invasão dos garimpeiros

BRASÍLIA — Com um contingente incontrolável de aproximadamente um milhão de pessoas, conflitos com as populações indígenas e as comunidades ambientalistas nacional e internacional, prejuízos inenunciáveis ao ecossistema, surtos de doenças tropicais, violência e litígios de fronteira, os garimpeiros brasileiros representam para o País um problema que o próprio Governo criou.

Em 1980, quando Serra Pelada começou a ser explorada, o Ministério das Minas e Energia lançou um programa oficial para agregar 50 mil homens por ano à atividade garimpeira na Amazônia. Foi o primeiro passo para a criação do quadro caótico que transformou, em dez anos, o perfil da região.

O ouro de Serra Pelada surgiu como "salvação da pátria", quando o País sofria os efeitos da crise econômica mundial. Depois de lançar o programa de deslocamento da mão-de-obra, o Ministério das Minas e Energia deixou de controlar a exploração do minério, que passou para o

controle direto do Conselho de Segurança Nacional.

O programa foi ordenado, na época, com base no controle militar dos garimpos e um sistema de compra do ouro, feito através da CEF. A indução ao deslocamento de trabalhadores para a região, apresentada como um Eldorado, encontrou uma receptividade acima do esperado entre a população.

— Num País onde a metade da população vive com menos de um salário-mínimo, Serra Pelada foi um forte atrativo. E como ali não era um garimpo extensi-

vo, mas um buraco, quando não cabia mais gente, outros lugares apareceram — lembra o Presidente do DNPM, Elmer Prata Salomão, que na época trabalhava em uma empresa de geologia e acompanhou a ocupação da região.

O Exército, que era o responsável por Serra Pelada, ainda conseguiu manter o controle sobre outras áreas próximas, como Cumaru. Mas quando os garimpeiros chegaram à região do Rio Tapajós, as Forças Armadas começaram a perder o controle da situação.

DNPM: legislação sobre o assunto é obscura e burocrática

BRASÍLIA — O "mapa do sarampo" produzido pelo DNPM, segundo o Presidente do órgão, Elmer Prata Salomão, mostra que o garimpo, no Brasil, não é uma questão puramente de exploração mineral, mas está intimamente ligado à situação sócio-econômica da população.

Esta é a primeira revelação do mapa dos garimpos, produzido pelos técnicos do DNPM. A segunda é a punção do subsolo brasileiro, que hoje produz 100 toneladas de ouro ao ano e, se bem explorado, pode se transformar numa das principais fontes de riqueza do País.

Cada ponto assinalado no mapa, segundo Elmer, representa uma mina em potencial, explorada de forma irracional, caótica e ilegal. A reversão desse quadro

vai exigir do Governo determinação política e instrumentalização, especialmente através de mudanças na legislação atual, que o Presidente do DNPM considera inaplicável.

— A legislação atual é obscura, burocrática e até inconstitucional, quando obriga o garimpeiro a trabalhar em forma de cooperativa. Nós precisamos de uma regra de aplicação eficaz e rápida, que acompanhe a dinâmica do garimpo — afirma Elmer Prata Salomão.

Desde que foi promulgada, no início do Governo Collor, a lei 7.805, que criou as permissões de lavra e as áreas de garimpagem, formas de regularização da exploração mineral, não foi aplicada uma única vez. Os dois instrumentos só se aplicam às

cooperativas de garimpeiros, exigem o mapeamento da área e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) aprovado pelos órgãos federais e estaduais competentes.

— Quando alguém conseguir cumprir todas essas exigências, um garimpo que tinha 20 pessoas já vai ter 20 mil e estará cristalizado.

Esta cristalização é, para o Presidente do DNPM, a grande dificuldade para a ação do Governo. Em torno das áreas de garimpo se cria uma rede de comerciantes, aviadores e outros grandes beneficiários da exploração, que rapidamente criam um quadro de difícil reversão. Para manter o controle da situação, o Estado deve ter mobilidade para agir antes que esta rede

se instale.

Nas alterações que serão propostas pelo DNPM, o garimpeiro não será obrigado a se cooperativar, e poderá trabalhar individualmente ou em outras formas de associação. O poder público regularizará as áreas já exploradas, e desde que elas não firmem outras legislações — como áreas indígenas e de preservação permanente — instalará, nesses pontos, postos de fiscalização e apoio, com assistência técnica e de saúde. Depois disso, nos planos do DNPM, virá a titulação das terras e o assentamento das populações garimpeiras, que devem evoluir para a criação de vilas e cidades que possam transitar para outras atividades econômicas.

O censo do garimpo, segundo

Elmer Salomão, deixará o Governo bem próximo de atingir esse objetivo. O censo vai identificar quem é quem dentro dos garimpos e, especialmente, denunciar a ação das empresas de mineração, que hoje controlam praticamente toda a exploração do ouro e usam o garimpeiro como "cortina de fumaça social".

Apesar de acreditar que o Governo terá, a médio prazo, condições de organizar os garimpos brasileiros, o Presidente do DNPM não cre que esta possa ser uma solução isolada.

— Enquanto o País não criar condições mais favoráveis à sua população, o garimpo vai continuar como alternativa para uma grande massa de mão-de-obra disponível — acredita Elmer.